

29 de junho de 2020

Boletim n.72 - Ciências Sociais e coronavírus

No boletim n.72, *Nayara Albrecht (UnB)* discute as relações entre desigualdade digital e outras formas de desigualdade que atingem a população brasileira a partir da noção de *interseccionalidade*, tecendo reflexões sobre o ensino a distância, adotado por diversos governos estaduais como medida para a continuidade das atividades no cenário pandêmico, mas que acaba indo em direção oposta à possibilidade de uma real “democratização do ensino”. *Diane Portugueis (PUCSP)* nos faz pensar na condição do imigrante, ao contar sobre os efeitos da pandemia nos projetos de emigrantes brasileiros que buscam cidadania italiana para trabalhar nas sorveterias alemãs durante o verão, com o objetivo de retornar ao Brasil e obter suas casas próprias.

Os dilemas da educação no contexto da pandemia: tecnologia, desigualdade e democracia

Por Nayara Albrecht

É evidente que a pandemia do novo coronavírus acelerou um processo que já se encontrava em marcha em grande parte do mundo: a expansão das novas tecnologias. Entretanto, ao passo que tais tecnologias trazem otimismo, elas não estão imunes aos impactos das desigualdades. Nesse sentido, não é novidade que o Brasil se caracteriza como um país marcado por altos níveis de desigualdades econômicas, sociais, informacionais e regionais. A importância que adquiriu a tecnologia em diversos setores reforça ainda mais a necessidade de abordar tais desigualdades de forma holística ou interseccional na terminologia “da moda” nas Ciências Sociais.

É o que mostra o caso da **educação**. No Brasil, diversos governos estaduais têm adotado o ensino a distância como uma alternativa face à suspensão das aulas decorrente das medidas de distanciamento. Como um conjunto de formatos de aprendizagem que dispensam a sala de aula tradicional, o ensino a distância compreende diversas modalidades. No país, os governos locais têm adotado plataformas digitais e distribuído materiais impressos, além de realizarem parcerias com empresas de tecnologia e canais de TV aberta. Alguns deles reforçam que as atividades remotas consistem em uma forma de manter o vínculo entre estudantes, família e professores. De forma semelhante, o Conselho Nacional de Educação chegou a afirmar que o ensino a distância (EaD) era a principal solução para a reorganização do calendário escolar em razão do avanço da pandemia. Por outro lado, alguns estados enfrentam dificuldades na implementação do EaD. Na Bahia, autoridades públicas reforçaram reiteradamente os limites da solução digital, tendo em vista a falta de acesso à conexão nas regiões rurais do Estado. O sistema de ensino a distância também recebeu

críticas em São Paulo, onde parte das famílias dos/as estudantes reclamou da alternativa.

Dessa forma, é preciso discutir como as **desigualdades digitais** se articulam com outros tipos de desigualdade. Em sua dimensão **territorial**, cabe destacar que muitas regiões no território brasileiro não possuem uma infraestrutura que permita o fornecimento de uma conexão de banda larga. Ainda que grande parte da população brasileira tenha acesso à Internet, essa porção está concentrada nas regiões urbanas e nas classes médias e altas, sobretudo no que se refere a uma conexão rápida e a aparelhos de qualidade. Nesse sentido, vale ressaltar que a última pesquisa divulgada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) registrou uma proporção de 70% no que tange ao acesso da população brasileira à Internet. No entanto, os indicadores mostram discrepâncias quanto à qualidade da conexão, que varia em conjunto com fatores como “região” e “classe social”. Ainda que a correlação não implique necessariamente causalidade, é um elemento a ser investigado.

A **dimensão econômica** das desigualdades sociais remete aos impactos de variáveis como renda e classe no acesso a bens e serviços. As tecnologias não estão imunes, uma vez que o acesso a determinado nível de conexão ou de aparelho implica determinados custos. Além disso, as assimetrias socioeconômicas incidem sobre as diferentes oportunidades em termos de **educação e informação**, o que, por sua vez, afeta diretamente o uso das plataformas digitais. Em outras palavras, o uso da tecnologia exige certo tipo de conhecimento e manuseio de largos volumes de informação, habilidades que geralmente são adquiridas ou aperfeiçoadas em estabelecimentos formais de educação.

Isso ilustra a interação entre os diferentes tipos de desigualdade: fatores como renda ou classe provavelmente afetam o acesso às tecnologias, as quais, por sua vez, afetam e são afetadas pelas **desigualdades educacionais e informacionais**. Por outro lado, as tecnologias também são fortes ferramentas no aproveitamento de oportunidades econômicas e culturais. Assim, é necessário investigar em que medida as desigualdades se retroalimentam, tendo em vista que a direção da relação não é unilateral. Nas Ciências Sociais, interseccionalidade se refere à sobreposição dinâmica entre condições estruturais que delimitam a posição de grupos e indivíduos na sociedade. O conceito não é novo, pois já estava presente em muitas considerações feitas no âmbito dos estudos feministas desde a década de 70. Autoras como Kimberlé Crenshaw, Bell Hooks e Lélia Gonzalez já destacavam a especificidade das mulheres negras em crítica ao que seria um sujeito coletivo universal do feminismo.

A abordagem interseccional aponta a existência de mais de um eixo de subordinação. Nesse sentido, os mecanismos de opressão não se originariam exclusivamente da variável “gênero”, mas de um conjunto de fatores que incidem nas escolhas dos indivíduos e grupos. Nas palavras de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015, p. 46):

A preocupação com a multiplicidade da opressão social não significa recusar o entendimento da efetividade específica de cada eixo de dominação. Por exemplo, a dominação masculina define obstáculos estruturais, institucionais e cotidianos à autonomia das mulheres, restringindo suas alternativas e reservando a elas posições desiguais relativamente aos homens. O ponto é que essas restrições não se definem da mesma forma, como dito anteriormente. Não é “como mulheres”, mas como mulheres negras ou brancas, trabalhadoras assalariadas, profissionais liberais ou proprietárias, heterossexuais ou homossexuais, que sua posição relativa se constitui.

Como explica Leslie McCall (2005), interseccionalidade se refere às relações entre as múltiplas dimensões que afetam a formação subjetiva. Em suma, trata-se de considerar as inter-relações entre os diferentes eixos que geram opressão, cujo conceito está relacionado à barreira ao acesso e à limitação das escolhas. Trata-se de uma ideia importante na compreensão da desigualdade, cujas dimensões se entrelaçam de uma forma complexa. O conceito de desigualdade refere-se à diferença em relação à determinada distribuição, cujo objeto consiste na resposta à pergunta “desigualdade de quê?” (Medeiros, 2012). Possui um elemento, portanto, inerentemente relacional, uma vez que diz respeito à comparação de determinada unidade entre indivíduos ou grupos. O conceito de interseccionalidade oferece uma luz à identificação das inter-relações entre os diferentes tipos de desigualdade.

Cabe assim, por fim, tecer considerações sobre como tal debate pode contribuir à elaboração de políticas públicas no setor educacional, sobretudo no que tange à democratização do acesso ao conhecimento. Desde suas origens, o conceito de democracia remonta à ideia de igualdade política. No entanto, os diferentes níveis de distribuição de recursos na sociedade resulta na predominância de determinados segmentos sociais em detrimento de outros no que tange ao acesso às políticas públicas.

Políticas em prol da democratização do ensino não podem ser efetivamente desenhadas sem considerar as inter-relações entre os eixos de opressão e a interação entre diferentes tipos de desigualdade, sobretudo no contexto de uma pandemia, a qual afetará de forma incisiva os grupos mais vulneráveis. O cerne da desigualdade encontra-se, portanto, nas barreiras ao **acesso e na limitação das escolhas por parte dos indivíduos**. E um **sistema democrático** se caracteriza justamente por um **acesso igualitário às decisões**. Nesse contexto, a educação à distância jamais será uma panaceia para o fortalecimento da educação face à COVID-19 enquanto as políticas desconsiderarem as diferentes necessidades e dificuldades dos segmentos que compõem a sociedade. Promover a inclusão dos grupos excluídos no acesso ao conhecimento é um elemento central na democratização da educação, pois a necessidade de conferir maior atenção aos problemas dos grupos mais vulneráveis se relaciona com a própria substância da democracia.

Nayara Albrecht é Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), membra da diretoria do Comitê de Pesquisa no. 38 (Politics and Business) da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) e pesquisadora no Laboratório em Políticas Públicas e Internet (LAPIN) da UnB. Foi professora assistente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e voluntária na UnB, onde integrou o grupo de pesquisas “Democracia e Desigualdades”. Exerceu cargos de gestão no Ministério da Cultura - MinC. Trabalha com os setores cultural e educacional no Escritório do Québec em São Paulo.

Referências bibliográficas:

ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*, São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. “Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades”. Em: *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n.1, 2002, p. 171-187.

CTIC. “TIC Domicílios”. Disponível em: http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM (Último acesso: 18 de junho de 2020).

GLOBO. “SP retoma ano letivo com ensino à distância nesta segunda; pais de alunos reclamam de problemas no acesso às plataformas digitais”. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/27/sp-retoma-ano-letivo-com-ensino-a-distancia-nesta-segunda-pais-de-alunos-reclamam-de-problemas-no-acesso-as-plataformas-digitais.g.html> (Último acesso: 18 de junho de 2020).

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Apresentado na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro de 1980.

HELD, David. *Models of Democracy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

HOOKS, Bell. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. Tradução de Roberto C. Costa. Em: *Revista Brasileira de Ciência Política* (16), 2015, pp. 193-210.

MCCALL, Leslie. “The Complexity of Intersectionality”. Em: *Signs*, Vol. 30, No. 3 2005, pp. 1771-1800.

MEDEIROS, Marcelo. *Medidas de Desigualdade e Pobreza*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

PINTO, Carlos A. S. “Ensino à Distância Utilizando TICS - Uma Perspectiva Global”. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27446/3/capitulo_internet_e_educacao_a_distancia_UFBA.pdf (Último acesso: 19 de junho de 2020).

SEDUC-AL. “SEDUC destaca desafios da educação durante a pandemia”. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/noticia/item/17285-seduc-destaca-desafios-da-educacao-durante-a-pandemia> (Último acesso: 07 de maio de 2020).

SEDUC-PR. “Conselho Nacional de Educação reafirma EaD como solução em face ao Covid-19” Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Conselho-Nacional-de-Educacao-reafirma-EaD-como-solucao-em-face-ao-Covid-19> (Último acesso: 19 de junho de 2020)

UNESCO, “COVID-19 - Situação da Educação no Brasil (por região/estado)” Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/covid-19> (Última atualização: 16 de abril de 2020)

O amargo sabor do sorvete: interrupção de projetos de vida de sorveteiros ítalo-brasileiros na Alemanha em tempos de COVID-19

Por Diane Portuguezis



Fonte:

https://abrilviagemeturismo.files.wordpress.com/2017/06/16832192_1193954797387883_2596654358004999150_n.jpg?quality=70&strip=info Acesso em 04/06/20.

O ano é 2020. O mês, abril. A primavera ressurgiu no continente europeu. Na Alemanha, após longo inverno, famílias e, principalmente, crianças e idosos anseiam por frequentar seu lugar predileto, a sorveteria.

No entanto, essa alegria foi adiada. O motivo é a COVID-19. Aguardar a reabertura das sorveterias é algo muito difícil. A reabertura desse estabelecimento marca que o inverno enfim acabou e as pessoas podem voltar às ruas, às calçadas e principalmente aos encontros.

O adiamento que anuncia o protelamento de um ritual social importante para a sociedade alemã atinge de outro modo os trabalhadores da sorveteria. Falamos aqui de um público específico: os trabalhadores ítalo-brasileiros que emigram do Brasil com a finalidade de trabalhar na sorveteria para juntar dinheiro para a construção da casa própria no Brasil.

A prorrogação da abertura das sorveterias implica para esses trabalhadores não somente a pausa de funções laborais e ganhos, mas o prolongamento e, muitas vezes, a interrupção de um projeto de vida.

Investigamos a dinâmica e a rede migratória que engendra tal projeto. Estudamos a migração de jovens da região de Urussanga e Cocal do Sul, cidades localizadas no Sul de Santa Catarina, que desde os anos 90 deixam o Brasil com a finalidade específica de conquistarem suas cidadanias italianas para se inserirem no nicho de trabalho em sorveterias alemãs, o que exige que sejam cidadãos europeus para a legalização de seus contratos. Trata-se de uma rede já consolidada, cuja ramificação vai desde prefeituras, escolas e associações italianas de suas cidades de origem, até as sorveterias localizadas em toda a Alemanha, cujos donos em sua maioria são italianos e estimulam a contratação de ítalo-brasileiros por conhecerem a origem migratória destes e o acesso, portanto, aos documentos para “tornarem-se italianos” e trabalharem sem restrições legais em seus comércios.

Não é possível estimar o número total de jovens que partem com esse objetivo, mas podemos dizer com segurança que se encontram trabalhando em sorveterias por todo o território alemão. Suas cidades de origem permanecem esvaziadas na maior parte do ano, sendo caracterizadas pelos próprios moradores como cidades de órfãos e velhos. “Órfãos” são chamadas as crianças que ficam sob cuidados de terceiros enquanto os pais estão na Europa e os velhos são aqueles que aguardam o retorno de seus filhos.

Dadas as condições do funcionamento e perpetuação desta rede migratória, fica claro o conflito posto. Os jovens partem, primeiramente, para fazerem seus documentos na Itália, empregando suas economias para, depois, seguirem para o trabalho em sorveterias alemãs, onde buscarão recuperar o investimento feito em papéis, passagens e dívidas deixadas no Brasil.

Uma vez que iniciam suas atividades já endividados, é necessária uma temporada (cerca de oito meses) de trabalho para reaverem os gastos e, então, passarem a investir em seus projetos: a construção de casas no Brasil, auxiliar a família e fazer uma poupança para o futuro retorno.

Dito isso, expomos o tamanho do investimento pessoal, financeiro e, no caso de muitos, a luta identitária em novo território. Esses sujeitos estão em condição de liminaridade vivendo entre Brasil e Alemanha por tempo indeterminado, tidos como italianos na Alemanha e brasileiros retornados “mudados” em seus locais de origem.

É possível dizer que a pandemia de COVID-19 veio para desestruturar seus projetos, mesmo quando bem planejados. Os jovens que partiram em busca de trabalho certo encontraram, para além do receio quanto à própria saúde, desemprego, falta de

moradia e em muitos casos, a impossibilidade de retornar para o Brasil. Ficou claro o seu não pertencimento, ainda que munidos do passaporte europeu.

Com o adiamento da abertura das sorveterias, muitos ítalo-brasileiros que iniciavam seus projetos de vida viram-se sem perspectivas ante a não clareza de quando podem retomar o trabalho e a própria vida.

Outro aspecto relevante é que, nesse segmento, os trabalhadores moram em alojamentos organizados por seus patrões e dependem destes para que não fiquem desabrigados e mantenham a alimentação, também organizada por seus empregadores. Esta segurança passa a não mais existir quando estes não sabem por quanto tempo poderão manter seus funcionários.

Muitos não sabem o idioma, ainda não tiveram seus contratos de trabalho assinados ou mesmo os planos de saúde organizados. A pandemia e o fechamento repentino do comércio e setores não essenciais pegou todos de surpresa. O descontrole sobre projetos de vida virou um descontrole sobre a própria continuidade de suas vidas, arriscamos dizer, sobre os próprios meios de garantir a sobrevivência, uma vez que não sabem seus direitos enquanto novos cidadãos europeus. Há um não lugar existencial daqueles que, mesmo fazendo parte da União Europeia, não têm conhecimento ou garantias sobre seus direitos.

Projetos adiados, sonhos talvez encerrados. Endividados, com medo de ficarem doentes e não poderem retomar os trabalhos quando a pandemia acabar, em último lugar fica o desejo de construir casas no Brasil. Há que se pensar ainda: quando retornarem, encontrarão seus idosos vivos para recepcioná-los? A imprevisibilidade proporcionada pela epidemia escancara a condição do imigrante, que só existe atrelado ao trabalho.

Diane Portugueis é psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social pela PUCSP. Membro e pós-doutoranda no NEPIM - PUCSP, núcleo de estudos e pesquisas em identidade e metamorfose.

Referências bibliográficas:

PORTUGUEIS, D. Vidas em trânsito: ascensão financeira e o enredo identitário que aprisiona na condição liminar. Sorveteiros ítalo-brasileiros entre Itália, Alemanha e Brasil como (não) lugares. *Doutorado em Psicologia Social*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21365/2/Diane%20Portugueis.pdf>

Estes textos são parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação

dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

